

Os discursos do MST¹

MARLON LEAL RODRIGUES

Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Doutorando em Lingüística pela UNICAMP

¹ Este artigo é continuação do publicado na *Revista Papel* (UFMS, 2001), sob o título: *Estudo da ideologia que sustenta o MST*, que foi apresentado no GEL de Bauru-SP, 1999.

RESUMO

Se os discursos para inscreverem-se na memória discursiva devem ter uma certa importância, o movimento popular para ter importância histórica deve marcar sua posição social, de forma que tanto os discursos, quanto o movimento popular devem ser investidos de algumas marcas ideológicas ou de determinados discursos. Este é o caso do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

If discourses to be registered in the memory of discourse are to have a certain importance, the popular movement to have historical importance should mark their social position so that both the discourses and the popular movement should be invested with some ideological marks or determined discourses. This is the case of the Movement of the Landless Rural Workers.

PALAVRA-CHAVE

discurso
ideologia
paráfrase
movimento social

KEY WORDS

*discourse
ideology
paraphrase
social movement*

“Odeio os indiferentes (...), acredito que ‘viver significa tomar partido’. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história” (Antonio Gramsci, 1917).

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os principais discursos e ideologias, na perspectiva de Foucault e Pêcheux (1986 e 1988), contidas nos editoriais dos boletins e jornais (1981 até 1999) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a fim de levantar os discursos que dão sustentação às atividades discursivas e pragmáticas que vem preocupando os órgãos governamentais do Brasil e a comunidade internacional.

Assim, o acontecimento MST coloca em evidência a disputa pela terra como um fato antigo na história da humanidade e em particular no Brasil, que data desde o seu “achamento” pelos portugueses. Nos quinhentos anos de existência, vários movimentos populares levantaram-se na disputa pela terra como a dos índios que defendiam seus territórios, passando pelo Quilombo dos Palmares, Canudos e inúmeras revoltas populares que a História Oficial registra com outras versões.

O MST compreende mais um prolongamento ou extensão dessa luta pela terra que é um fruto de grandes concentrações seculares nas mãos de poucos, o que gera, como consequência, uma desigualdade social, também secular, que cada vez se agrava.

1. DISCURSO, SUJEITO E IDEOLOGIA

O discurso, enquanto pré-construído, é um conjunto de condições pré-existentes, segundo Foucault (1986, p. 124), “um conjunto de enunciados que se apóiam em um mesmo sistema de formação”. Mas o discurso, para Foucault (1996), é, também, um jogo estratégico

de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiwa, e também de luta, “o espaço em que o saber e o poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente”. O discurso é ainda acontecimento. Por possuir uma realidade material como acontecimento, o discurso possui uma certa inquietação de sentido com duração relativamente curta ou instável.

O discurso é controlado, selecionado, organizado e redistribuído a partir de determinados procedimentos que colocam em jogo seus poderes e perigos. Em outras palavras, existe controle, seleção, organização e distribuição dos discursos porque é necessário eliminar toda e qualquer ameaça à permanência do poder instituído.

O discurso, em última análise, é uma prática (prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados), entendendo-se por “prática” a existência objetiva e material de certas regras às quais o sujeito tem de obedecer quando participa do “discurso”. As normas dessa prática são “regras” ou “regularidades”.

O sujeito para Foucault (1986) é apenas uma função fundadora do discurso, espaço de possibilidades de realização discursiva ou de posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito de determinado discurso. Já Pêcheux, mais comprometido com o materialismo histórico, nega a evidência explícita do sujeito, pois a evidência é apenas um efeito ideológico elementar. O sujeito se constitui pela ideologia que o interpela na medida em que se inscreve em uma formação discursiva dada, assim, o sujeito se “liberta” de uma ideologia somente ao passa que é interpelado por outra.

A Ideologia, segundo Pêcheux (1988), não constitui apenas os sujeitos, mas também os sentidos. Os sentidos (assim como os sujeitos) são constituídos historicamente, o que equivale a dizer que os sentidos não existem de per si na língua, não sendo, portanto, literais. Os sentidos advêm das formações discursivas (sempre tomadas como um lugar mais ou menos provisório) que os constituem, através de relações de metáfora ou transferência de sentidos, as quais se realizam em efeitos de paráfrases, sinonímia, substituições, etc.

Sabemos que a ideologia junta as palavras às coisas, produzindo sentidos que passam como sendo a realidade, a coisa em si, uma evidência inquestionável. Assim sempre foi a “evidência” da preguiça natural do trabalhador rural brasileiro, a sua indolência congênita, o seu comodismo também congênito. A eficácia desses sentidos, que tiveram por finalidade manter um certo *status quo*, se deu quando os próprios desfavorecidos, explorados e excluídos, no caso os agricultores, se tornaram sujeitos do discurso que os subjugava. A exclusão social do trabalhador rural, antes do MST, foi sustentada por um discurso em que se ignoravam ignoradas as condições materiais de existência do lavrador brasileiro, inclusive pelo próprio lavrador. Quando esse dizia que se faz sujeito conformado com as condições materiais em que vivia, “é Deus quem quis assim”, “A gente vai vivendo como pode”, pensando ser ele o autor de seu dizer, estava aprisionado por uma memória discursiva em que esses dizeres faziam sentidos, significavam. Ele era sujeito do discurso de sua própria exclusão social.

Eagleton (1997) faz uma síntese histórica do conceito de ideologia e a concebe como uma intervenção política no que tem de idéias e atitudes reflexiva voltadas para a prática social do sujeito relacionado com as intrincadas redes tecidas com e pelo poder. É no seio deste poder que a ideologia se torna um conjunto de valores e crenças, não em si, mas voltadas para a ação, para a prática social.

O processo pelo qual a *formação discursiva* constrói sua memória ou *pré-construído*, chama-se *memória discursiva*, lugar onde o sujeito “escolhe” e “colhe” os discursos disponíveis no repertório social, (o eixo vertical), pelo recurso de parafraseagem, substituição, sinonímias etc.. Esse processo chama-se *memória discursiva*, segundo Courtine (1994). Trata-se, como nos alerta Courtine, de um tipo de *memória* que não se confunde com a *memória psicológica*, de um sujeito em particular. O sujeito, ao se apropriar de um determinado discurso, pré-construído, faz ocorrer, na linearidade do discurso, no eixo horizontal, o fenômeno de ocultação do eixo vertical.

A paráfrase, de acordo com Fuchs (1982, p. 29), situa-se entre a “língua e o discurso”, excede “o campo da lingüística não somente

pelo nível do sentido onde se pode estabelecer a relação semântica em jogo, mas também pela tensão”.

Quando o sujeito enunciador parafraseia, ele coloca em cena a identidade do sentido a partir de um discurso-fonte que percorre a instância de todo sentido semântico em uma situação-dada, em que o sentido do texto-fonte é “sempre re-re-constituição” (Fuchs, 1982, p. 30). Além, “o único conhecimento da situação discursiva permite decidir se se trata ou não de uma identificação parafrástica” (Fuchs, 1982, p. 32), e por conseguinte, o sujeito parafraseador é produtor decodificador do texto-fonte.

2. DISCURSO DE ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO MST

O Discurso de Organização e Estruturação do MST permite constatar uma caracterização peculiar. Ele possui um efeito discursivo a partir da imagem que o MST tem de si, o “eu”. Considerando que a organização e estruturação interna são uma condição *sine qua non* para a existência de grandes movimentos populares massificados.

Uma segunda característica: pode-se considerar, desta forma, que este discurso acaba por se tornar a condição indispensável do suporte discursivo do próprio MST, uma vez que visa, entre outros objetivos, “a envolver” outros movimentos, de certa forma, para que o MST possa lançar-se como vanguarda política. Não seria possível fazê-lo sem construir uma estrutura organizacional que fosse capaz de servir como suporte para as atividades e ações dos movimentos.

O enunciado (1), “Para vencer é preciso lutar, para lutar é preciso organizar”, é considerado o mais representativo enunciado de base, por conter em seus sentidos formulações e elementos discursivos expressivos, cujos efeitos assumem efeitos de proporções imperativas. É, por conseguinte, lugar de onde o discurso não é um mero conselho, mas uma ordem que “deve ser levada a cabo a qualquer custo”.

Esse discurso, no trabalho de formulação e reformulação, estabelece relações interdiscursivas com o Partido Bolchevique de W. Lenin,

cuja concepção pautava-se em um partido organizadamente forte e centralizado. Assim, justifica-se o tom preponderante e constante que o MST dedica ao discurso de Organização e Estruturação interna em trabalho parafrástico constante.

O enunciado de base (1), “para vencer é preciso lutar, para lutar é preciso organizar”, é um trabalho de interdiscursividade com a concepção de organização partidária de Lenin (*apud* Gomes, 1999, p. 47-8): “o proletariado não é capaz de elevar-se até o nível de uma luta consciente de classe; sem esta organização [partidária] o movimento operário está condenado à impotência”.

O discurso do MST, em (1), com os verbos no infinitivo com valor de imperativo, “vencer, lutar, lutar e organizar”, demonstra toda a potencialidade e objetividade do efeito discursivo em que a vitória, objetivo final, é condição de luta (visa à vitória) e a luta depende do tipo de organização cuja vitória do movimento assenta-se na capacidade organizativa para a luta e conseqüentemente a vitória.

A expressão “é preciso”, nos dois períodos do enunciado, assume um efeito e força imperativos que é realçado pelo articulador “para”, que indica direção e condição para o cumprimento de um objetivo exposto, e ainda inicia os períodos. Ambos, “é preciso e para”, reforçam não só a importância do processo organizativo, como também a performatividade do discurso.

Enquanto elementos pré-construídos, organização, luta e vitória são condições *a priori* de “nível de uma luta consciente de classe”; no caso de Lenin, ao contrário de Marx, o sentido de proletariado não exclui os trabalhadores rurais, ao passo que para o MST, “nível de uma luta consciente”, envolve os trabalhadores sem terra e demais movimentos populares que para o MST comporta o sentido de proletário.

É importante ressaltar que o discurso de Lenin, sobre organização, incorpora o sentido do discurso de reforma agrária, muito embora dê ao proletariado a posição de vanguarda. O MST, por sua vez, faz o caminho inverso. Ainda para Lenin, a organização remete à condição de partido; para o MST remete à condição de movimento popular de massa. Contudo, para ambos a organização forte e estruturada aventa-se como condição essencial.

A relação discursiva do MST com a concepção de Lenin estabelece-se por aliança, considerando que “nível de uma luta consciente de classe” é condição essencial para que haja “organização”; não qualquer organização, mas a que seja capaz de inscrever-se na luta política de forma contundente. Caso contrário, a deficiência organizativa levará “à impotência”, o que significa a não permanência da inscrição na luta política. Assim, o fator organização é, para Lenin, condição primordial observada a partir da expressão: “sem esta organização”, o que representa o mesmo tipo de organização para o MST.

O MST, por sua vez, deixa a idéia de que “se não houver organização, não haverá luta e conseqüentemente vitória”, caso o movimento não tenha, em suas prioridades, um objetivo bem definido e uma forma de luta unificada para que a organização seja a “mola mestra”.

O enunciado (1) do MST é considerado como paráfrase do discurso de Lenin (*apud* Gomes, 1999, p. 56): “eu afirmo: não pode haver um movimento revolucionário sem uma organização”. Supondo que se a “organização” é condição para que haja um “movimento revolucionário”, isto implica em um suporte ideológico determinado pela luta política.

Para o MST, a questão da organização está marcada, com a mesma relevância da concepção de Lenin, cujo significado se refere a: se se quer constituir um movimento de massa “é preciso”..., que, em certo sentido, equivale a “movimento revolucionário”, de forma que a organização é condição primeira; todavia o sentido de organização não é o de colocar em ordem, administrar bem, como no discurso do senso comum, tecnicista ou reivindicatório, mas constitui-se como um sentido de preparar para o embate e assim é carregado, ideologicamente, da concepção marxista, que é uma constituição do sentido pelo avesso.

O discurso de Organização e Estruturação, por ser de circulação interna, diz respeito aos Sem Terra, embora também tenha um caráter de orientação externa para os demais movimentos populares, cuja ênfase recai sobre a idéia de que, para se inscrever no cenário político e reivindicar “direitos” históricos, uma das essencialidades tem sido a organização e estruturação.

Outra característica desse discurso é que se afigura como autoritário e que o sujeito, além de sem terra, seria também sem voz. Todavia, esta proposição não se sustenta por duas questões: de um lado, porque a anteposição de “para vencer” à expressão de valor imperativo “é preciso” justifica o tipo de efeito imperativo, pois, para se conseguir a vitória, a organização interna aventa-se, como condição *sine quo non*, “organizar”, cujo sentido e finalidade correspondem a possuir coesão e coerência do movimento, que pode ser um fator importante para determinar a vitória; de outro lado, por que pode diluir a impressão autoritária, razão que diz respeito aos movimentos populares históricos que têm manifesto como uma das características a promoção das discussões na base, de forma que as orientações sejam resultados de um consenso e autocrítica.

5. DISCURSO SOCIALISTA

Os movimentos populares de grande proporção incorporam, em certo sentido, em seu arcabouço discursivo, o Discurso Socialista: do Manifesto Comunista (1995, p. 73, 99), “o proletariado cresce por recrutamento em todas as classes da população” e “proletários de todos os países, uni-vos”; de Fidel Castro, na prisão, antes da revolução cubana (*apud Teoria Revolucionária*, 1988, p. 11): “sem movimento de massas não pode haver revolução”, da CUT, Central Única dos Trabalhadores: “a CUT é uma central sindical unitária, classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores” (Giannotti e Neto, 1991).

Dessa forma, estabelecem relações de intertexto e interdiscurso com o discurso marxista e, assim, absorvem alguns elementos, tais como: forma de organização, forma de reivindicação, método de análise histórico-dialético, modo de fazer aliança com outros movimentos, formação política aos trabalhadores, análise de conjuntura etc., de modo que as relações interdiscursivas acontecem no âmbito da formação discursiva de esquerda. As vezes os movimentos assumem tal posicionamento com todas as implicações políticas ideológicas.

O MST não só incorpora o discurso socialista, como também o aponta, não para propor soluções aos problemas dos sem “terra”,

mas sobretudo para sinalizar para todos os trabalhadores e demais movimentos populares que o socialismo se apresenta como única proposta para a sociedade como um todo, uma vez que o sistema capitalista desloca o homem do “centro das atenções” e não vislumbra o horizonte de uma sociedade igualitária.

O enunciado (2), “todos têm os mesmos direitos e tudo tem que ser dividido”, é enunciado de base e caso fosse dito por outro sujeito social, não teria a significação que adquiriu de uma proposta de uma sociedade socialista. Caso pronunciado por um outro agente social, algumas marcas seriam quase invisíveis, na medida em que não se teria o sujeito social e sua posição no quadro das instituições, pois, assim, o efeito discursivo seria banalizado. No MST, no entanto, o enunciado assume dimensões outras em um trabalho “sorrateiro e subterrâneo” de substituições e reformulações parafrásticas de proporções ideológicas bem definidas.

Desse modo, “todos e direito, tudo e dividido” podem assumir, em um primeiro momento, sentidos generalizados, podendo pertencer, assim, a qualquer tipo de discurso: Religioso, Capitalista, do Estado etc., considerando que esses discursos trabalham em seus interiores com sentidos diferenciados.

O discurso religioso concede a “todos”, judeus, o “direito “da divisão: no Velho Testamento, a partilha da terra de Canaã como “direito”; no Novo Testamento, a universalização da divisão e direito na Santa Ceia.

No discurso capitalista “todos” têm os mesmos “direitos”, o que necessariamente não representa direitos iguais, “tudo” e para “todos”, como também a divisão que não é igualitária, ou seja, não se processa no mesmo nível.

Já no discurso do Estado, os enunciados “todos e direito, tudo e dividido” constituem-se como princípio, um valor, o que implica serem um ideal que está prescrito, assegurado, cuja efetivação está, no entanto, envolta de relatividade e disputa política, a lei do mais “esperto”.

Pois, na perspectiva socialista, o discurso do MST redimensiona e especifica os sentidos e significados; assim, é possível afirmar que “todos” diz respeito aos sem-terras. Primeiramente, enquanto trabalhadores, em que pese sua condição social de excluídos do processo de “direito” à terra, que já é um redimensionamento do discurso do Estado, que assegura o “acesso” e ainda se afigura em uma reivindicação de reforma agrária. Em segundo lugar, aponta para os trabalhadores em geral e demais grupos socialmente marginalizados.

“Direito” tem o sentido de universalização, enquanto garantia fundamental de todo homem, que o discurso do Estado prescreve, mas o uso e fruto são resultado de embate político-ideológico aguerrido, diferentemente do sistema socialista cuja universalização do “direito” seja uma questão de princípio e não de ideal. Além disso, o fato da reivindicação de “direito” implica que ele não está sendo efetivado a “todos”, a universalização afigura-se como um engodo que o manto da democracia encobre.

O sentido de “tudo” refere-se, além dos “direitos” universais, ao direito à produção material, científica e intelectual da humanidade, em uma relação interdiscursiva por aliança com o socialismo de Lenin (*apud* Gomes, 1999, p. 201): “construir o socialismo significa elevar a cultura, a civilização das massas populares. O socialismo é inconcebível sem uma profunda revolução cultural”. Assim, “elevar a cultura e revolução cultural” está subtendido em “tudo” não como um ideal, mas como uma questão básica de princípio.

Nos cursos de formação política de formação discursiva de esquerda foi comum uma máxima: “nós, comunistas, queremos fazer a revolução para socializar as riquezas ou coisas boas produzidas pela humanidade, porque a miséria e as coisas ruins o capitalismo já impõe à maioria da população”. É nesta perspectiva que se constrói o sentido positivo de “dividido”. É claro que, em primeira instância, está a questão da terra ou reforma agrária. No entanto é necessário considerar que a reforma agrária por si só não resolve a situação dos trabalhadores em geral.

O enunciado (2) tem sentidos e significados distintos a partir de uma formação discursiva de esquerda, MST, como observado no parágrafo anterior. Esse enunciado pertence à formação ideológica de esquerda, de modo que é possível precisar alguns dos seus sentidos e significados através das relações interdiscursivas por aliança com o discurso do Manifesto Comunista (1990, p. 87): “1. expropriação da propriedade fundiária” e “10. educação pública e gratuita de (*sic*) todas as crianças”.

Em (2), a expressão “tem que ser” contém efeito de imperatividade e desafio, condição que permite carregar de significados e força os sentidos de “todos, direito, tudo e dividido”. O sentido de desafio, efeito e força estão em aliança com o Manifesto Comunista, pois os dois enunciados são dirigidos às grandes massas de trabalhadores excluídos, explorados e marginalizados socialmente.

“Direito” tem o sentido, entre outros, de conquista, disputa política, enquanto que “dividido”, refere-se a uma divisão imperativa que atinja a todos socialmente, o que difere da divisão do sentido capitalista, ter direito não representa garantia de divisão ou uso e fruto. Assim, a questão da divisão no sentido socialista é construída pelo avesso do capitalismo.

A relação por aliança, do discurso do Manifesto Comunista com o MST, refere-se ao fato de que, no Manifesto, a “expropriação fundiária” tem como condição a “divisão” enquanto “direito” e garantia a todos aqueles que trabalham na terra e dela precisam para sobreviver. Já “educação pública, todas as crianças” corresponde a um direito que deve ser universalizado com “todos”, sem-terra, trabalhadores, etc. “Tudo”, para o MST, entre outros sentidos, diz respeito também à questão “fundiária” e à “educação pública”, como no Manifesto”.

Assim, tanto por um lado: “direito, divisão, tudo e todos”, e como por outro: “expropriação fundiária, educação pública e criança”, existe a condição de luta de classe como base ideológica, de forma que a luta e a conquista dizem respeito a uma sociedade em que o ser humano seja o centro das atenções e em que nenhum “direito” individual, ga-

rantido no sistema capitalista, possa ser maior do que o “direito” da coletividade, sistema socialista.

É importante frisar que o discurso socialista, visto de forma ampla e geral no cenário mundial, assumiu diversos significados que se distanciam em muito do original, do discurso fundador marxista, que recebeu outros significados em virtude da incapacidade dos marxistas e intelectuais de compreenderem as idéias de Marx diante de uma nova conjuntura histórica, conforme denuncia Eagleton (1997). O MST, em certo aspecto, recupera, da memória discursiva, o sentido marxista, pois sentidos e significados se constroem e re-constroem no seio dos movimentos populares e partidos, como no Brasil.

6. DISCURSO DE REFORMA AGRÁRIA PELA OCUPAÇÃO

O Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação representa a superação dos discursos dos demais movimentos pela reforma agrária até o final da década de 1970. Assim, em (20), “a paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos”, em (7), “Reforma agrária: governo não faz, nós vamos fazer”, em (3), “na luta concreta pela terra, vamos nos organizar e nos preparar para ocupações massivas”. Esse discurso é uma atualização tensa, parafrástica da memória discursiva como pré-construído de outros discursos de movimentos populares, pois recupera alguns elementos como: ocupação de fábricas e expropriação de terras, Revolução Russa. Em Lenin (*apud* Gomes, 1999, p. 193), lê-se: “operários e camponeses, trabalhadores e explorados! A terra, os bancos e as fábricas passaram para a propriedade do povo”; na revolução Cubana conforme Fidel Castro (1986, p. 67): “os meios de produção fundamentais são de propriedade do povo, como a terra”.

O MST, ao atualizar, em certo sentido, e inscrever Reforma Agrária pela Ocupação, imprimiu um novo sentido (Pêcheux, 1988) ao discurso de reforma agrária: de afronta, desafio, “luta” declarada às Instituições Oficiais e, assim, o MST acabou por definir uma “nova” prática social anunciada no discurso e constitutiva dele, conforme se vê: (5): “A paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais

eficazes para garantir seus direitos”, em (6) “A luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra” e (8) “Agora quem deve fazer reforma agrária somos nós”.

Como toda prática social está, enquanto possibilidade, nos discursos, de forma que é constitutiva dele, pode-se considerar que as práticas e os discursos são partes integrantes e constituintes de uma realidade, assim as práticas, geralmente de forma mais ou menos implícita, são anunciadas antecipadamente, como em (7): “Reforma agrária: o governo não faz, nós vamos fazer”, e (9): “Já que nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las”.

Tais enunciados significam, de forma preponderante, a prática efetiva que percorreu um longo caminho, primeiro nos limites institucionais, discurso Institucional ou Fundador, para, em seguida, se materializar em outros discursos e alternativas, que de certa forma está prevista no quadro institucional, mas sofrem pesadas restrições discursivas e pragmáticas (Pêcheux, 1990) para circularem mais ou menos livremente, embora essas restrições não consigam evitar sua irrupção e a circulação do discurso.

Observam-se os enunciados (5), “a paciência esgotou e os sem terra partem para iniciativas mais eficazes para garantir seus direitos”; (6), “A luta pela conquista da terra passa também pela conquista do poder e que a reforma agrária é uma necessidade que independe de ser legal ou não. Ela terá que ser feita na lei ou na marra”; (8), “Agora quem deve fazer reforma agrária somos nós”; (7) “Reforma agrária: o governo não faz, nós vamos fazer”; (9), “Já que nossos direitos não vêm, conquistaremos na marra! Quem não tem direito de fazer as leis, não tem obrigação de respeitá-las”.

Os enunciados acima, em certa medida, são paráfrases uns dos outros na medida em que articulam sobre o mesmo referente: (5) “iniciativas mais eficazes”, (6) “é uma necessidade que independe de ser legal ou não”, (8) “reforma agrária somos nós”, (7) “nós vamos fazer”,

(9) “conquistaremos na marra!”, cujas significações correspondem a uma tomada de iniciativa visando efetivar a reforma agrária “em suas próprias mãos” – para isto constrange as Instituições Oficiais - e, assim, redireciona a concepção de como se deve fazer reforma agrária no país, considerando o governo acaba por legitimar as ocupações do MST ao desapropriar, na maioria das vezes, as propriedades ocupadas.

Se ocupar parece não estar na ordem da lei, o próprio governo, muito a contra gosto, culmina por endossar as ocupações, e embora o movimento sofra fortes restrições, é a partir do discurso de reforma Agrária pela Ocupação que se está efetivando a desapropriação. Com isto, o MST dá uma contribuição histórica, entre outras, ao fundar um novo tipo de discurso sobre reforma agrária, sem similar nos movimentos pela reforma agrária no país e talvez no mundo.

O discurso de Reforma Agrária pela Ocupação estabelece, no entanto, relações interdiscursivas com, entre outros discursos, o da revolução cubana, conforme Fidel Castro (1986, p. 27): “em um momento, penso que essas mudanças devem ser realizadas, de uma forma ou de outra”, e “nós nos vimos a fazer uma guerra, não havia outro caminho” (p. 128). As unidades “de uma forma ou de outra” e “não havia outro caminho” são indicativas de que, para o “avanço” e materialização pelo que se luta, é imprescindível posicionar-se de forma mais “decidida”, arrojada.

Tal posição diz respeito, em primeiro lugar, ao esgotamento das estratégias anteriores: diálogos, acordos, promessas, negociações, infundáveis esperas etc., de forma que foi preciso “avançar”, tanto no campo discursivo quanto no pragmático; em segundo lugar, o fato de que a causa por que se luta é determinada historicamente, marcada no quadro das instituições sociais, onde ou se “avança” com posições mais consistentes, ou pode-se estar fadado a uma existência política inexpressiva. Desta forma, é bom exemplo citar o movimento político cubano, iniciado por José Martí, que se transformou em movimento guerrilheiro com Fidel Castro. O discurso de reivindicação de reforma agrária dos movimentos anteriores ao MST transformou-se em discurso de “ocupação”, cuja relevância histórica imprimiu em um outro senti-

do a luta pela reforma agrária, assim redimensionando, revitalizando, tanto a prática quanto o discurso.

O enunciado de base (4), “Ocupar, resistir e produzir”, é capaz de significar, além do discurso de Reforma Agrária pela Ocupação, a elaboração e reelaboração enunciativa mais significativa do MST, a fórmula proposicional, performativa, com maior expressão desse discurso, pois as três unidades do enunciado “ocupar, resistir e produzir” aparecem em uma linha ascendente de tempo e ação. Primeiro, “ocupar”, depois “resistir” à ocupação e, depois da luta, produzir. “Produzir” é o clímax. O seu preço é a ocupação e a resistência – luta -. Essas três unidades representam, assim, os objetivos e concepções do MST.

É possível afirmar que o Discurso de Reforma Agrária pela Ocupação corresponde ao mesmo discurso dos movimentos populares desde Marx, mas já sendo outro, em virtude do deslocamento de sentido, do momento histórico, dos sujeitos serem outros; no entanto as condições materiais não diferem em sua essência, o que determina o embate político. Assim “a fome e a miséria não são uma ficção discursiva, ou um objeto criado no interior dos discursos, mas os discursos também podem ajudar a constituir os interesse de sua erradicação e sugerir os meios para que isso aconteça”, conforme explicita Cardoso (1999, p. 381):

7. DISCURSO DA UNIÃO

O Discurso da União tem sido preponderante para o MST, em virtude de a união ser para os movimentos populares uma possibilidade de apresentar a elaboração/reelaboração de pauta reivindicatória perante a sociedade e mais precisamente diante do Estado. A união de uma determinada classe ou categoria em geral é considerada como estratégia política, a busca do diálogo tenso ou o apoio das demais, tem sido em maior ou menor grau de comprometimento ideológico.

Os movimentos populares, em geral, quando conseguem que suas reivindicações sejam atendidas, têm uma tendência à dispersão; no entanto, quando têm uma investidura ideológica e suas reivindicações

fazem parte do sistema complexo de disputa pelo poder, o isolamento, neste caso, significa não só a derrota, mas também a impossibilidade de inscrever-se na luta de classe e, como consequência, o engajamento na luta política.

A luta do MST diz respeito a um importante segmento social marginalizado historicamente. O movimento estendeu sua luta a outros importantes segmentos sociais - até pelo caráter histórico do MST - que se encontram em situação material equivalente, de forma que, na disputa política, a falta de diálogo do MST com a sociedade e os demais movimentos populares teria uma significação de incapacidade de reivindicar, de pressionar e de articular.

A par dessas peculiaridades, o MST constituiu o seu discurso da União por relações de interdiscursividade, ora parafraseando, ora repetindo, entre outros discursos históricos, o discurso do Manifesto Comunista (Engels e Marx, 1990, p. 99): “proletário de todos os países: uni-vos!”. Este discurso estabelece relação interdiscursiva por paráfrase em parte com o MST: em (11), “Nossa meta é a de chegarmos a um ajuntamento das lutas entre campo e cidade, vinculadas às greves com ocupações de terra”, e (12), “Na medida (*sic*) que consolidamos uma aliança campo e cidade, vamos derrubar os muros na cidade e romper as cercas do campo”.

É o mesmo discurso de Marx e Engels re-significado. Naquele momento, entre outras razões, era o operariado que despontava como vanguarda, situação inversa nesse momento histórico com a existência do MST. A “união” do proletariado de Marx e Engels e o “ajuntamento das lutas e, aliança entre campo e cidade” do MST tem como referentes as classes exploradas e marginalizadas historicamente pelas burguesias, hoje travestida de neoliberalismo. Desta forma, a “união” ou “ajuntamento” dizem respeito à possibilidade de se inverter tal situação a partir de uma perspectiva socialista em que o confronto entre as classes sociais apresenta-se como fato inevitável.

Em “uni-vos” e “greves e ocupações de terra e vamos derrubar os muros na cidade e romper as cercas do campo” articula-se o mes-

mo sentido e feito histórico de luta, em que a união de classes e o instrumental marxista apresentam-se como suporte incontestado para uma nova ordem social.

Dessa forma, o discurso da União, observado juntamente com os discursos anteriores, corresponde muito mais do que um “ajuntamento” de segmentos sociais em posição ideológica marcada; surge como uma afronta ao Estado enquanto reivindicação organizada.

O enunciado (10), “Trabalhador rural, organizem-se (*sic*) (...) ajude a fazer a história dos oprimidos”, é um dos enunciados de base desse discurso e sua importância se faz na medida em que seu sujeito locutor é o MST, um sujeito inscrito no interdiscurso socialista. É esse sujeito que evoca o alocutário para a luta; isso é possível pelo fato de o MST estar investido de poder e uma certa autoridade na ordem do discurso.

O discurso do Manifesto Comunista jamais teria o trabalhador rural sem terra como alocutário, uma vez que, para Marx e Engels, somente o operariado poderia fazer a revolução socialista, e conforme Marx (*in* J. Chasin, 1988, p. 60), “operário não possui nada além de sua força de trabalho, que constrangido a vender como mercadoria”. Além dessa peculiaridade: sua existência está vinculada às fábricas que empregam grandes, médios e pequenos contingentes que se relacionam quotidianamente, moram aglomerados em bairros ou regiões específicas. Assim, o relacionamento é, em certa instância, um tanto intenso, o que facilita o convívio, “a troca de idéias”, o debate, a discussão, etc., pois tal condição de existência aventa-se quase um imperativo de sua condição de operário.

Em contrapartida, a especificidade do agricultor sem terra é constituída pelo avesso do operariado. Esse fato é significativo, pois a mudança de alocutário – para Marx, o operário, e para o MST, o agricultor sem terra – é muito importante, tendo em vista que ela diz respeito a uma nova dimensão de luta, em que o objeto de desejo e poder é a disputa pela terra que se apresenta como um anseio mais preponderante do que as reivindicações da classe operária.

Observa-se que, para o operário, a greve e ocupação da fábrica dizem respeito, em certo sentido, ao limite e dimensão máxima da

sua forma de luta e, em uma última instância – estágio avançado -, a expropriação; já para o agricultor sem terra, é a “ocupação”, visando à desapropriação, que se apresenta como uma nova forma e dimensão de luta de classe. Considera-se ainda que o proletariado não tem “apego” histórico, “sentimental” à terra e seus sentidos mais remotos: desde o Velho Testamento (o paraíso, a terra prometida por Deus), até a sua função social, inclusive a relação direta da terra com poder.

O operariado contrasta o sem terra, operário não “apego” sentimental às fábricas e indústrias, ao passo que para o sem terra a questão de apego à terra é histórica, de tradição, e de cultura. A relação do agricultor com a terra envolve sentimento, amor, paixão e identidade etc.. É, no entanto, muito mais complexa, pois os sentidos e significados vão muito mais além do que a relação do operariado com as fábricas e indústrias.

Ainda é possível inferir que a mudança de alocutário (de Marx para o operariado e do MST para os sem terra) também representa a mudança de quem tem condições políticas e ideológicas de fazer uso da “palavra” ou inscrever-se na *ordem do discurso* e permanecer nela apesar dos procedimentos de controle exclusão dos discursos juntamente com seus sujeitos.

Talvez seja por esse motivo que a maioria das revoluções socialistas tenha se “apoiado” no homem do campo, ou feito aliança ou união com os agricultores, com o intento de tomar o poder. A própria revolução socialista, Chinesa é exemplo disso.

O que subjaz a esse processo é o discurso da União entre as classes marginalizadas como os sem terra enquanto vanguarda política. Se o operariado precisou aliar-se ao trabalhador do campo para conquistar seus objetivos nas diversas revoluções, o agricultor neste momento histórico também, em certo sentido, precisa dos demais movimentos sociais para propor mudança na estrutura social política.

Desta forma, o discurso da União reveste-se de significação e sentido de luta de classe. Significação e sentido, considerando o agente do discurso, sua história e o lugar social, que dão ao discurso da

União, no contato com os outros, um caráter ideológico consistente de movimento de certa envergadura.

O discurso da União, pois, no trabalho de interdiscursividade e paráfrase, o discurso da União assimila sentidos e significados específicos de luta de classe, como por exemplo, em: “trabalhador, agricultor, aliança campo e cidade, direito, terra” etc., que dizem respeito ao MST e não a outro movimento popular qualquer, na medida que o discurso da União constrói a sua especificidade. Ele o faz a partir de significados e sentidos marxistas específicos que o revestem de suas peculiaridades. Caso contrário, o discurso do MST não teria a dimensão marcada por um horizonte socialista.

8. CONSIDERAÇÕES

Os discursos, uma vez recuperados da memória discursiva, no eixo vertical, e inscritos de forma assumida pelo sujeito do MST no eixo horizontal, passam a compor em sua materialidade discursiva um efeito de sentido no cenário das instabilidades na ordem discurso, assim implicando em “rituais ideológicos” (Pêcheux, 1990), nos quais todo “discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação (...) todo discurso é índice, potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas e identificação, na medida em que ele constitui, ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações em trabalho (...) de deslocamento no seu espaço” (Pêcheux, 1990, p. 56).

Na virulência da inscrição discursiva do MST na ordem do discurso, quando o agente do discursivo posiciona-se, impõe o seu discurso e o discurso sendo sempre o mesmo, já é outro, parafraseado, acrescido de algumas unidades na medida em que perde outras. Assim divide alguns espaços na medida em que domina e ao mesmo tempo perde outros. Isso pelo fato de sua existência ser tensa, conflituosa, de “amor e ódio”, na arena onde sujeitos e discursos se camuflam, disfarçam, reconhecem, toleram, assumem, dispersam, identificam, reencontram, transformam etc..

Essa análise desenvolveu algumas considerações relevantes a respeito dos discursos, seus variados tipos, suas paráfrases, o perfil do

MST, sua origem histórica, alguns de seus anseios, razões e motivos de sua constituição político-ideológica em uma “época” de grandes avanços científicos e tecnológicos, que sugere, no senso comum, que a humanidade está cada vez mais desenvolvida e esse desenvolvimento é para todos, premissa neoliberal que o discurso do MST constrange.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Sílvia H. B. Ideologia: um conceito obsoleto? In: *Gel - Grupo de Estudos Lingüísticos*, v. 28, p. 379-84, 1999.

_____. *Discurso, ideologia e representação*. Três Lagoas: UFMS, 1998. Mimeo.

_____. A realidade e os sentidos: de Jeca aos sem-terra. In: *Abralin*, Fortaleza, 2001d.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FUCHS, C. A paráfrase, entre a língua e o discurso. In: *Language Française*, n. 53, Février, 1982. Revue Trimestrielle Larousse.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.